

AJUSTE DIRETO

[Nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, na sua atual redação]

CONVITE

Processo n.º AD/E.00001.2025

**Empreitada de Reabilitação de Coberturas
no Edifício no Casal Corado**



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO AD/E.00001.2025
CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1. Identificação do procedimento: **Ajuste Direto n.º AD/E.00001.2025** para a execução da empreitada de **Reabilitação de Coberturas no Edifício no Casal Corado**;
2. Identificação da Entidade Adjudicante: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras (SMASTV), com sede na Av. 5 de Outubro, Edifício Multisserviços, Torres Vedras. Telefone 261 336 500. E-mail: geral@smastv.pt;
3. Decisão de contratar e fundamentação da escolha do procedimento: O procedimento foi aberto pela Senhora Diretora Delegada, Eng.ª Sandra Pedro, no exercício das competências delegadas pelo Conselho de Administração dos SMASTV em reunião de 21.10.2024. A decisão de contratar e adotar o Ajuste Direto foi tomada nos termos da alínea d) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, por despacho, em 15.03.2025;
4. Preço base da empreitada: **11 605,61 € (onze mil, seiscientos e cinco euros e sessenta e um cêntimos)**;
5. As propostas não serão objeto de negociação;
6. Prazo de execução da empreitada: **45 (quarenta e cinco) dias**;
7. Prazo e modo de apresentação da proposta:
 - a. **Até às 23h59 do dia 11/04/2025, a proposta e os seus documentos**, deverão ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica acinGov;
 - b. Nos casos em que o **"Certificado Digital"** não possa relacionar diretamente o/a assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá ser submetida, também, a **Certidão da Conservatória do Registo Comercial** ou o **código de acesso** à Certidão Permanente e, quando aplicável, a Procuração.
8. Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 58.º do CCP;

9. A proposta deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a. **Declaração** da concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo I** do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, e em anexo ao presente Convite;
- b. **Memória justificativa e descritiva** do modo de execução da obra;
- c. **Nota justificativa** do preço proposto;
- d. **Cronograma financeiro**, em conformidade com os termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 57.º do CCP;
- e. **Plano de trabalhos**, elaborado de acordo com o definido no artigo 361.º do CCP, na sua redação atual;
- f. **Lista de preços unitários**.

10. Ao adjudicatário será solicitado, através da mesma plataforma eletrónica, a apresentar no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após a notificação da adjudicação, os seguintes documentos:

- a. Declaração elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo II** do Código dos Contratos Públicos, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual, e conforme o modelo anexo ao presente Convite;
- b. Documentos comprovativos em como a pessoa coletiva e os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência, não se encontram nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual, nomeadamente, **Certificados do Registo Criminal da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência**, conforme o caso;
- c. Documento comprovativo da situação contributiva regularizada para com a **Segurança Social** em Portugal, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P ou, se for o caso, documento equivalente emitido pela autoridade competente do Estado em que a pessoa coletiva seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d. Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo **Serviço de Finanças** da sede da pessoa coletiva em Portugal ou, se for o caso, documento

equivalente emitido pela autoridade competente do Estado em que a pessoa coletiva seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- e. Documento comprovativo do **registo** e das respetivas atualizações de **beneficiário efetivo** da pessoa coletiva, emitido pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., do Ministério da Justiça, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Regime Jurídico do RCBE, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual (quando aplicável);
- f. Documento comprovativo da titularidade de **alvará de empreiteiro de obras públicas** ou certificado de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P), contendo a seguinte habilitação:
 - **5.ª Subcategoria da 1.ª Categoria**, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta.

11. No mesmo prazo de 5 (cinco) dias úteis, o adjudicatário deverá ainda:

- a. Apresentar o seguinte documento:
 - i. **Declaração de cumprimento das obrigações decorrentes da lei relativamente a trabalhadores estrangeiros contratados**, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual, ou **declaração de isenção de cumprimento**, conforme o caso, elaborada em conformidade com os modelos constantes no **Anexo III** do presente Convite.
- b. Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 4.º, no n.º 5 do artigo 21.º, n.º 1 do artigo 23.º e do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, apresente os seguintes documentos relativos ao Diretor de Obra:
 - i. Documento comprovativo da sua **inscrição válida na respetiva associação profissional**, atendendo às qualificações exigíveis no Anexo II à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, que ateste a qualificação necessária para assumir a direção da presente obra;

- ii. **Termo de responsabilidade do Diretor de Obra**, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º e do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, e conforme as especificações do Anexo III da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, com as devidas adaptações e assinatura digital qualificada;
- iii. Comprovativo da **contratação do Diretor de Obra**, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual (por vínculo laboral ou de prestação de serviços);
- iv. Comprovativo da contratação de **seguro de responsabilidade civil extracontratual** válido, respeitante ao técnico obrigado a subscrever o termo de responsabilidade, bem como às entidades nas quais os técnicos exercem a sua atividade, se aplicável, conforme o n.º 1 do artigo 23.º e os n.ºs 1 e 5 do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual;
- v. Comprovativo de **seguro de acidentes de trabalho**, com o/a adjudicatário/a como tomador/a.

12. O/a adjudicatário/a deverá identificar a(s) pessoa(s) que tomará(ão) parte na outorga do contrato (indicando o nome e o número de identificação fiscal) e apresentar documento que comprove ter poderes para o ato (como ata ou procuração);

13. O órgão competente para a decisão de contratar pode, a qualquer momento, solicitar ao/a adjudicatário/a, mesmo que não esteja previsto neste Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 81.º, do CCP, na sua redação atual;

14. Quando os documentos acima referidos estiverem disponíveis na Internet, o/a adjudicatário/a poderá, em substituição da sua apresentação, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, juntamente com as informações necessárias para a consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa;

15. No caso da impossibilidade de emissão de alguns dos documentos b), c) e d) do ponto 11, poderão ser apresentados documentos equivalentes, nos termos da faculdade prevista no artigo 83.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual;

16. Caso o/a adjudicatário/a esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, fica dispensado da apresentação dos documentos indicados nas alíneas b), c) e d) do ponto 11, de acordo com n.º 10 do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual;
17. Caso seja verificada alguma irregularidade na apresentação dos documentos de habilitação, poderá ser concedido ao/à adjudicatário/a um prazo adicional de **2 (dois) dias úteis**, para a supressão das irregularidades detetadas, em função das razões invocadas pela/o adjudicatária/o, sob pena da caducidade da adjudicação, ao abrigo do disposto no artigo 86.º do CCP, na sua redação atual;
18. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, com exceção daqueles que, pela sua própria natureza ou origem, se encontrem redigidos em língua estrangeira. Neste caso, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, conforme o disposto no artigo 4.º da Portaria 372/2017, de 14 de dezembro;
19. A não apresentação dos documentos conforme exigido, bem como o não suprimento das irregularidades dentro dos prazos estabelecidos, poderá resultar na caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, na sua redação atual;
20. Como garantia do cumprimento exato e pontual de todas as obrigações legais e contratuais, a entidade adjudicante procederá à retenção de **10% do valor** dos pagamentos a efetuar, conforme previsto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, na sua redação atual.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, na sua redação atual]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, declara(o), sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara(o) aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara(o) também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 – Declara(o) ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara(o), sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O(a) declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela(ele) recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, a concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de a concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, **na sua redação atual**]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara(o), sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O/a declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O/a declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LEI RELATIVAMENTE A TRABALHADORES ESTRANGEIROS CONTRATADOS

[Considerando o disposto nos n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, **na sua redação atual**]

... (nome, número de documento de identificação, morada), na qualidade (cargo) de (nome da empresa ou do agrupamento), com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva (n.º de identificação), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de (local), com sede em (endereço completo), declara(o), sob compromisso de honra, que a sua representada, para os devidos efeitos legais, e considerando o disposto nos n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual, cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores estrangeiros contratados utilizados na realização da empreitada, designadamente a legislação laboral, e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitas a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

OU

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE CUMPRIMENTO

[Considerando o disposto nos n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, **na sua redação atual**]

... (nome, número de documento de identificação, morada), na qualidade (cargo) de (nome da empresa ou do agrupamento), com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva (n.º de identificação), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de (local), com sede em (endereço completo), declara(o), sob compromisso de honra, que a sua representada, para os devidos efeitos legais, e considerando o disposto nos n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual, não emprega trabalhadores estrangeiros.

... (local),... (data),... [assinatura (1)]

(1) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP).